



PROCESSOS DE FORMAÇÃO E REPRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS CONSERVADORES DE PODER NO TEMPO E NO ESPAÇO: O CASO DO PARANÁ

Rafael Freire de Paula ¹

RESUMO

Este artigo integra a discussão de uma tese de doutorado. Nosso objetivo, através dele, é apresentar a proposição e discussão do conceito de territórios conservadores de poder como contribuição teórica e metodológica para os estudos territoriais no Brasil, especialmente para aqueles que consideram os múltiplos fatores envolvidos nas relações de poder inerentes ao território e os desafios contemporâneos a respeito do avanço do conservadorismo e de suas pautas políticas e sociais. Para isso, apresentamos a metodologia utilizada para análise de diferentes Unidades Federadas (UF) brasileiras, que envolve a proposição de variáveis para agrupamento de deputados federais conservadores, levantamento da base material destes e distribuição de seus votos ao longo do recorte temporal (2002-2018). Trouxemos os resultados alcançados no Paraná, realidade que se mostrou fértil para a discussão do conceito de territórios conservadores de poder, afinal, trata-se da UF com o maior número de parlamentares conservadores (dentre aquelas analisadas na tese), ligações institucionais evidentes, comportamento perene do eleitorado e visivelmente territorializado. Além disso, verificamos o uso evidente do Estado via emendas parlamentares que atendem as bases territoriais e eleitorais dos grupos de poder representados pelos deputados federais conservadores e contribuem para a reprodução desses grupos e, conseqüentemente, dos territórios conservadores de poder no tempo e no espaço.

Palavras-chave: Territórios conservadores de poder, Grupos de Poder, Eleições, Deputados Federais, Conservadorismo.

ABSTRACT

This article is part of the discussion of a doctoral thesis. Our objective, through it, is to present the proposition and discussion of the concept of conservative territories of power as a theoretical and methodological contribution to territorial studies in Brazil, especially for those who consider the multiple factors involved in power relations inherent to the territory and the challenges about the advance of conservatism and its political and social agendas. For this, we present the methodology used for the analysis of different Brazilian Federated Units (UF), which involves the proposition of variables for grouping conservative federal deputies, survey of their material base and distribution of their votes throughout the time cut (2002-2018). We brought the results achieved in Paraná, a reality that proved to be fertile for the discussion of the concept of conservative territories of power, after all, it is the UF with the largest number of conservative parliamentarians (among those analyzed in the thesis), evident institutional links, behavior perennial of the electorate and visibly territorialized. In addition, we verified the evident use of the State via parliamentary amendments that meet the territorial and electoral bases of power groups represented by conservative federal deputies and contribute to the reproduction of these groups and, consequently, of the conservative territories of power in time and space.

¹ Doutorando do Curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO – PR, freire_depaula@yahoo.com;



Keywords: Conservative territories of power, Power Groups, Elections, Federal Deputies, Conservatism.

INTRODUÇÃO

Através deste texto pretendemos provocar o debate a respeito dos processos de formação, identificação e reprodução dos territórios conservadores de poder no tempo e no espaço a partir das evidências encontradas no contexto paranaense. O Paraná foi uma das seis Unidades Federativas (UF) investigadas no trabalho completo de tese, sendo esse conjunto selecionado inicialmente com base no levantamento de estudos que envolveram *território, poder, grupos poder e conservadorismo*.

Buscamos compreender o território a partir das relações de poder, dos diferentes papéis dos agentes políticos e territoriais nas redes de poder e através das disputas e/ou consensos entre esses grupos. A investigação científica sobre a temática é importante para (re) discutir processos de formação territorial, o papel do pensamento conservador na formação e sustentação dos territórios conservadores de poder, seus usos, os conflitos sociais e político-partidários nele presentes.

Utilizamos o caso paranaense para demonstrar nossos encaminhamentos metodológicos, levantamento de dados para discutir os resultados encontrados para a realidade do estado, situando-a no conjunto dos resultados da pesquisa para que qualifiquemos o debate teórico e metodológico. Nosso intuito é demonstrar que os territórios conservadores de poder configuram uma possibilidade teórica e metodológica da Geografia para a compreensão das dinâmicas territoriais que envolvem os processos de formação territorial; a configuração dos grupos e redes de poder, incluindo o papel político, partidário e institucional dos segmentos dominantes; bem como suas estratégias de reprodução no tempo e no espaço, que implicam na reprodução dos territórios conservadores.

O conceito de territórios conservadores de poder apresenta elementos suficientes para pensarmos diferentes contextos, o que também provoca novas e/ou complementares leituras sobre o mesmo. A retomada e, até certo ponto, avanços teóricos em desenvolvimento na tese envolvem o incremento do pensamento conservador como elemento fundamental na formação e sustentação desses territórios, cujas manifestações são imateriais e/ou materiais, além da identificação dos mecanismos e/ou variáveis que compõem os processos formação e permitem, junto às estratégias, a reprodução desses territórios.

Destaca-se, por fim, a construção/proposição de encaminhamentos metodológicos capazes de apontar manchas e/ou recortes territoriais que apresentam indícios relevantes sobre



a presença de territórios conservadores de poder no Brasil, sobretudo no Paraná, considerando este texto. Como já salientamos, parte do processo de identificação dos territórios conservadores advém da (re)discussão do processo de formação territorial, identificando, dentro desse processo, variáveis centrais para a formação desses territórios.

A ocupação e formação do território paranaense caracteriza-se por seus distintos momentos, levando séculos para sua efetivação. Em síntese, é resultado de três frentes pioneiras que dividiram a leitura territorial do estado em: (i) Paraná Tradicional; (ii) Frente Norte; e (iii) Frente Sudoeste. Com início no litoral paranaense, houve o lento avanço em direção ao interior no período colonial e, ainda, outros processos de ocupação e planejamento caracterizam a formação do estado (ALMEIDA, 2017).

O Paraná Tradicional diz respeito as áreas ocupadas inicialmente no litoral e Campos Gerais. Essa frente remonta ao século XVII e é associada à mineração de ouro de aluvião. Já no século XVIII, em substituição à mineração aurífera, ganha destaque a pecuária, a produção da erva mate, as serrarias de pinheiros e o tropeirismo, sendo o último relacionado as tropas oriundas do Rio Grande do Sul em direção a Sorocaba, responsáveis pela origem de vilas que se tornariam, mais adiante, cidades (ALMEIDA, 2017).

Parte do norte paranaense, o Norte Velho ou Norte Pioneiro, que se estende do Rio Itacaré a margem direita do Rio Ivaí, foi ocupado por fazendeiros paulistas atraídos pela qualidade dos solos da região (terra-roxa) a partir da segunda metade do século XIX, guardando, portanto, estreita relação com o complexo cafeeiro paulista (ALMEIDA, 2017).

Em seguida, já no século XX, a Paraná Plantation assumiu a política de venda de terras no Norte do Paraná – Norte Novo – e, conseqüentemente, o processo de ocupação e formação territorial regional, dirigido pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), de capital inglês (FRANÇA, 2011). O uso das terras se manteve ligado ao café, mas também houve planejamento por parte da CTNP na criação de cidades e logística necessários ao desenvolvimento capitalista regional.

A frente Sudoeste teve início a partir de 1940 com a chegada e/ou ocupação do território por pequenos proprietários rio-grandenses. Interessado na ocupação dessa faixa territorial, o governo viabilizou projetos de colonização que incentivaram a migração gaúcha, bem como incentivou a colonização privada da região, com base nos exemplos realizados e/ou em processo no Norte do Paraná (ALMEIDA, 2017).

Assim, com processos de ocupação territorial distanciados por séculos e também dirigidos a partir de políticas diferenciadas, dentre as frentes de ocupação, o Norte do Paraná se apresenta como “novo” frente ao Paraná tradicional. O tradicional, segundo Silva (2015),



esteve ligado às práticas do clientelismo, paternalismo e, sobretudo, ao familismo, enquanto as áreas de ocupação recente poderiam, em tese, construir relações políticas sem o componente familiar como determinante e/ou influente, dado que a ocupação do território foi dirigida em moldes diferenciados se compararmos com outros recortes territoriais brasileiros, cujas origens familiares e/ou oligarquias remontam há séculos.

Entretanto, Oliveira (2012), Silva (2015), Miranda e Valenciano (2017) e Denez (2018) concordam, a partir de realidades territoriais e de grupos de poder distintos, que o componente familiar – o familismo – é ainda fundamental para discutirmos as relações de poder e, conseqüentemente, suas redes, no Paraná. A ocupação em temporalidades históricas distintas nitidamente não excluiu a formação de grupos de poder controlados por algumas famílias, porém, é possível identificar territórios mais ligados a algumas famílias, enquanto outros territórios vinculam-se a outras.

Desse modo, o familismo no Paraná não se explica a partir de algumas famílias, mas sim, como aponta Oliveira (2012), de dezenas delas, fazendo com que seja necessária para sua reprodução política, territorial e de poder, amplas alianças que envolvem, para além de partidos políticos, famílias bem posicionadas nas redes de poder paranaenses, possibilitando aos agentes políticos e territoriais melhor posicionamento nas redes de poder do estado e, conseqüentemente, resultados eleitorais positivos.

Alianças político-eleitorais-familiares são demonstradas historicamente em eleições estaduais e municipais ao longo do período democrático, onde grupos de poder familiares ampliaram suas redes em busca de sucesso eleitoral e reprodução de sua influência política, econômica, social e de poder. Vale a pena mencionarmos algumas das famílias mencionadas pelos pesquisadores acima citados, ainda que seja necessário reiterarmos que as alianças entre elas são fundamentais para alcançarem todo território do estado em eleições estaduais, bem como na sua inserção em redes de poder vinculadas a esfera federal. Dentre as mais importantes, estão: Macedo, Leprevost, Fruet, Barros, Belinati, Richa, Canziani, Lupion, Silvestri e Ribas Carli.

Considerando a literatura exposta e o contexto apresentado, é possível inferirmos que o processo de formação territorial paranaense compreende variáveis características de territórios conservadores de poder, tais como: (i) *processo de acumulação primitiva*, cujos rebatimentos se materializam na (i) *estrutura fundiária* (não apenas a respeito de sua concentração, mas também de quem ou, sobretudo, quais são as famílias proprietárias) e nas dinâmicas das relações de (iii) *mercado* ao longo do processo e, por último, o (iv) *familismo*.



METODOLOGIA

Ressaltamos que nosso recorte temporal tem início a partir da reorganização dos grupos de poder ocorrida em 2002, processo este causa e consequência da eleição do ex-presidente Lula. A vitória eleitoral de um governo progressista e os seguidos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) representam um período atípico da história política brasileira, nomeado por Singer (2012) de *lulismo*. Além disso, é teórica e metodologicamente interessante (e provocante) investigar como territórios conservadores de poder continuaram a se reproduzirem no tempo e no espaço diante de um governo progressista.

Para traçar relações objetivas entre territórios conservadores de poder e resultados eleitorais, com intuito de compreender tais resultados como uma das causas e consequências da manutenção desses territórios no tempo e no espaço, foi necessário, inicialmente, o agrupamento de deputados federais conservadores, isto é, delimitarmos *quem* são os conservadores e a identificação de suas bases eleitorais.

Construir o agrupamento de parlamentares conservadores foi possível a partir do uso de distintas variáveis, algumas consideradas primárias e outras secundárias. As variáveis primárias são aquelas que consideramos de maior peso e/ou mais relevantes do ponto de vista metodológico, bem como de embasamento teórico na literatura em Ciência Política/Geografia Eleitoral ou, ainda, por se apresentarem como evidências materiais de decisões e/ou posturas conservadores frente a situações importantes do debate público, a saber: (i) a trajetória partidária dos deputados federais eleitos; (ii) a quantidade de vezes que o parlamentar foi eleito; (iii) as vinculações institucionais e de classe; e (iv) a postura em votações relevantes no congresso.

A vinculação e trajetória partidária, mesmo no cenário brasileiro, com dezenas de partidos políticos, mostra-se fundamental. Utilizamos a classificação de espectro ideológico – esquerda, centro e direita elaboradas por Tarouco e Madeira (2015), utilizada integralmente ou com pequenas variações em diferentes trabalhos recentes no campo da Ciência Política, bem como a análise destes e de outros autores como Scheffer (2016), que identificaram coerência na votação dos membros dos partidos políticos brasileiros segundo o espectro ideológico do partido no qual os parlamentares estão inseridos.

As vinculações institucionais (sindicatos patronais, clubes da elite ou instituições de cunho abertamente político) demonstram as redes de poder e as conexões entre os parlamentares, territórios e outros agentes políticos, bem como a quantidade de vitórias eleitorais dispõe sobre a força eleitoral desses agentes ao longo do tempo. A postura do



parlamentar em votações relevantes no Congresso Nacional é a confirmação ideológica dos valores, posturas e/ou visões conservadoras que se materializam no exercício do mandato desses deputados federais conservadores.

As variáveis secundárias são aquelas que mesmo fundamentais para o agrupamento, apresentam algumas fragilidades quando utilizadas isoladamente ou comparadas a outros meandros das disputas políticas congressuais. Podem ser extensamente debatidas na literatura ou se configurem como posturas dos parlamentares que mostrem traços e/ou evidências do conservadorismo, são elas: (i) a vinculação a frentes parlamentares de cunho conservador no Congresso Nacional (CN) e (ii) a postura pública do parlamentar no CN ou em redes sociais.

A consideração e/ou aplicação desse conjunto de variáveis resultou no agrupamento de parlamentares paranaenses descrito abaixo:

Tabela 1: Síntese do agrupamento de parlamentares conservadores do Paraná

Deputados Federais	Partidos ²	Legislaturas	Instituições
Nelson Meurer (PR)	PPB/PP/PP/PP	52°, 53°, 54° e 55°	Sindicato Rural Patronal, Francisco Beltrão
Dilceu João Sperafico (PR)	PPB/PP/PP/PP	52°, 53°, 54° e 55°	-
Ricardo José Magalhães Barros (PR)	PPB/PP/PP/PP	52°, 53°; 55° e 56°	Federação das Indústrias do Estado
Hidekazu Takayama (PR)	PTB/PMDB/PSC/PSC	52°, 53°, 54° e 55°	Associação AEADPAR ³
Moacir Micheletto (PR)	PMDB/PMDB/PMDB	52°, 53° e 54°	Sindicato Rural de Assis Chateaubriand
Osmar José Serraglio (PR)	PMDB/PMDB/PMDB	52°, 53° e 54°	-
Hermes Parcianello (PR)	PMDB/PMDB/PMDB/PMDB/MDB	52°, 53° 54°, 55° e 56°	-
Gustavo Bonato Fruet (PR)	PMDB/PSDB/PDT	52°, 53° e 56°	-
Cezar Augusto Carollo Silvestri ⁴ (PR)	PPS/PPS/PPS	52°, 53° e 54°	-
Fernando Lucio Giacobbo (PR)	PPS/PL/PR/PR/PR	52°, 53° 54°, 55° e 56°	-
Abelardo Luiz Lupion Mello (PR)	PFL/PFL/DEM	52°, 53° e 54°	União Democrática Ruralista - UDR, PR

² A ordem dos partidos políticos corresponde a ordem das legislaturas nas quais os parlamentares desempenharam seus mandatos, isto é, o primeiro partido é aquele pelo qual o parlamentar exerceu mandato na primeira legislatura na qual foi eleito.

³ Associação Educacional das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus do Paraná.

⁴ Apesar de o PPS estar posicionado como partido de centro na literatura, o referido parlamentar pertence a um grupo de poder tradicional em Guarapuava, como evidenciado por Silva (2007). Rubens Bueno (PPS), também foi considerado devido a outros filtros, como as votações no Congresso Nacional.



Eduardo Francisco Sciarra (PR)	PFL/PFL/DEM	52°, 53° e 54°	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
Luiz Carlos Jorge Haully (PR)	PSDB/PSDB/PSDB/PSDB	52°, 53°, 54° e 55°	Associação Comercial e Industrial de Cambé, PR
Alex Canziani Silveira (PR)	PSDB/PTB/PTB/PTB	52°, 53°, 54° e 55°	Rotary Clube
Jacob Alfredo Stoffels Kaefer (PR)	PSDB/PSDB/PSDB	53°, 54° e 55°	Associação Brasileira de Exportadores de Frango
Rubens Bueno (PR)	PPS/PPS/PPS	54°, 55° e 56°	-
Sandro Alex Cruz de Oliveira (PR)	PPS/PPS/PSD	54°, 55° e 56°	-

Fonte: TSE e Câmara Federal.

Org. PAULA, R. F. (2021)

O agrupamento de parlamentares foi a base para a captação de dois outros dados importantes. O primeiro diz respeito a espacialização do voto conservador no estado do Paraná, sendo este um dos elementos para identificação dos territórios conservadores de poder no estado; enquanto o segundo foi a investigação da base material desses parlamentares, ou seja, se estão vinculados a propriedade fundiária, ao capital especulativo ou a outros segmentos econômicos, afinal, tais bases são elementos fundamentais para a reprodução desses parlamentares em posições de centralidade nas redes de poder nas quais estão inseridos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Partimos do conceito *territórios conservadores de poder* e das oportunidades teóricas e metodológicas que o mesmo nos proporciona para buscar, verificar e analisar esses territórios, bem como compreender sua manutenção no tempo e no espaço. As premissas necessárias para explicar os processos de formação desses territórios foram elaboradas por Silva (2007) e serão discutidas nesse tópico.

O entendimento do território enquanto campo de relações de poder dissimétricas e das disputas delas decorrentes – como é possível identificar em Raffestin (1993) ou também em Fernandes (2013), que considera a categoria classe social como produtora e/ou produto dos territórios de *dominação* ou de *resistência* – é basilar para esclarecermos a perspectiva tomada aqui a respeito dos territórios conservadores.

As relações de poder e as disputas que permeiam os territórios e, conseqüentemente, os territórios conservadores de poder são ideológicas, de modo que há uma relação dialética na qual as elites e os grupos de poder tradicionais e enraizados territorialmente representam, manifestam, justificam, racionalizam e materializam suas ideologias dominantes e/ou hegemônicas, cujo resultado é a transição de visões e concepções de mundo dominantes,



circunscritas em sua gênese à grupos de poder da elite, para o “senso comum”, como verdades absolutas:

Tradições ideológicas cumprem duas funções básicas: ocultar interesses específicos (de classe, de grupo, de categorias sociais, etc.) e universalizar ideias particulares. [...] isso depende da capacidade da ideologia dominante de unificar interesses em disputa; e que essa capacidade depende, por sua vez, da própria unidade da ideologia dominante para realizar essa função em uma dada sociedade (CODATO, 2016, p.328).

Nesse sentido, a contraposição apresentada por Fernandes (2013) entre *territórios de dominação*, onde materializam-se os ditames do capital, sua reprodução e anseios, e *territórios de resistência*, ligados a questões de identidade e luta do campesinato pelo direito à terra e, conseqüentemente, ao território, nos remete a compreensão que temos a respeito da amplitude do conceito de territórios conservadores de poder.

Os *territórios de dominação*, bem como os nossos, apresentam semelhanças diretas ao conceito de territórios conservadores, porém, enquanto Fernandes (2013) apresenta o capital (econômico) como agente dominante, para Silva (2007) a concentração e a reprodução do capital são algumas dentre outras variáveis que compõem uma hierarquia não necessariamente verticalizada. Isso implica em afirmar que os territórios conservadores de poder não se formam apenas a partir da concentração de capital nas mãos de poucos, mas também a partir das relações de trabalho, do poder simbólico, da apropriação/incorporação das tradições pelos grupos de poder e das formas de gestão desses territórios.

Na Figura 1, sintetizamos os apontamentos de Silva (2007) a respeito dos elementos característicos de recortes espaciais onde houve (ou há) a formação de territórios conservadores de poder:

Figura 1: Características para identificação e constatação de territórios conservadores de poder para Silva (2007).



Fonte: SILVA, M. da (2007).
Org.: PAULA, R. F. (2020).

Os territórios conservadores de poder não representam apenas outra categoria territorial, mas sim uma situação temporal e espacial que pode caracterizar territórios cujas alternativas de resistência estejam sufocadas pelo aparato conservador construído e mantido no tempo e no espaço pelos grupos de poder nele enraizados. Os *territórios de resistência* citados em Fernandes (2013) podem representar territorialidades de resistência ou enclaves territoriais inseridos em territórios conservadores. Caracterizam-se pela força de contestação variável e pela busca e/ou luta em prol da redução e/ou combate ao primado do conservadorismo nos territórios, transformando-os.

Fernandes (2009) admite que instituições, partidos, sindicatos, igrejas, fundações, cooperativas, empresas, movimentos socioterritoriais e ONGs são agentes produtores de territórios no interior do território do Estado. Na concepção deste autor sua leitura a partir de *tipologia de territórios* não deve ser confundida com o conceito de multiterritorialidade ou mesmo de territorialidade, pois “As territorialidades são as representações dos tipos de uso dos territórios” (FERNANDES, 2009, p.205).

As diferentes categorias de território em Fernandes (2009) nos permitem localizar onde estão os territórios conservadores no espectro teórico da Geografia. Na concepção do autor, o primeiro território é o do espaço de governança, o ponto de partida da existência das pessoas; o segundo território corresponde às propriedades privadas, familiares ou comunitárias (capitalistas ou não); enquanto o terceiro:



[...] é o espaço relacional considerado a partir de suas conflitualidades e reúne todos os tipos de territórios. O caráter relacional, por unir as propriedades fixas e móveis, promove os seus movimentos de expansão e refluxo. Esse movimento é determinado pelas relações sociais e as conflitualidades entre as classes, grupos sociais, sociedade e Estado. *Enquanto a ideia de segundo território obedece ao caráter jurídico da propriedade, o terceiro se apropria dessa condição, mas não está subordinada a ela.* [...] O terceiro território está relacionado às formas de uso dos territórios; portanto, às suas territorialidades. No entanto, é importante alertar para não se confundir o terceiro território com a produção de sua territorialidade. Esta é a representação das formas de uso dos territórios (FERNANDES, 2009, p.210, grifo nosso).

Territórios conservadores de poder se posicionam teoricamente no terceiro território, afinal, possuem relação com (i) os espaços de governança ou jurídico-políticos, especialmente as municipalidades; com (ii) as propriedades privadas, seja no processo de formação territorial (elemento indutor da formação de territórios conservadores) ou como capital/meio mantenedor desses territórios no tempo e no espaço; e configuram sobretudo (iii) espaços relacionais, que transitam em consensos e conflitos que coexistem no território e se manifestam nas diferentes territorialidades.

Ainda sobre os territórios conservadores, Silva (2007) considera como um dos pressupostos para a formação dos territórios conservadores de poder *a formação patrimonial do Estado brasileiro*, algo que dialogamos outrora com Souza (2017 e 2018). Entendemos os elementos do patrimonialismo como instrumentos que caracterizam e contribuem para a manutenção dos territórios conservadores no tempo e no espaço. Nesse caso, porém, a formação da sociedade brasileira e as relações daí decorrentes, baseadas na sociedade escravocrata (hierarquias sociais estratificadas e definidas), bem como a divisão em classes sociais cujos interesses e acesso a capitais econômicos, sociais e culturais são profundamente distintos ocupam posição de maior centralidade em nossa leitura a respeito dos territórios conservadores.

Desse modo, rompemos com a noção de que com o avanço das práticas liberais ou neoliberais aplicadas ao Estado, como indicam em Dardot e Laval (2016), leia-se a defesa da eficiência, gestão otimizada, da impessoalidade e da austeridade, levaria, hipoteticamente, ao desenvolvimento de relações regidas pelos mecanismos de mercado, assim, racionais e impessoais, como critica Souza (2017 e 2018) referindo-se a sociedade patrimonial e ao homem cordial.

Isso significa que, com o primado dos interesses de classe e das formas de relações sociais hierarquizadas, o personalismo se transforma em uma variável de segunda categoria, importante para averiguar as características das redes e grupos de poder, mas insuficiente para



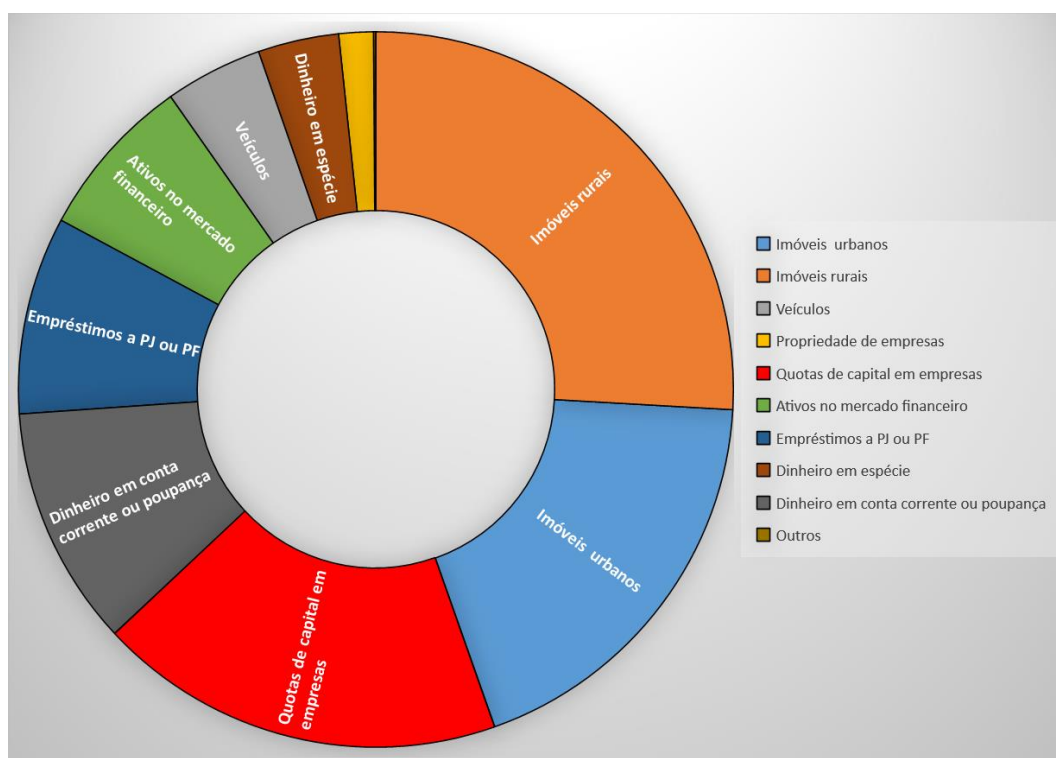
compreender suas estratégias e formas de reprodução nos territórios e, conseqüentemente, para explicarmos a sustentação dos territórios conservadores de poder no tempo e no espaço.

Finalmente, como os territórios conservadores não são compostos apenas da materialização do capital e de seus interesses, mas de tradições, costumes e valores culturais compartilhados coletivamente, que não são uniformes, é fundamental que tenhamos a clareza de que esses territórios respondem de maneira positiva ou negativa a leis, normativas ou decretos que contradizem ou violem valores compartilhados pela coletividade que compõe esses territórios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao observarmos as Figuras 2 percebemos que as famílias e grupos de poder no Paraná, representados direta ou indiretamente pelos deputados conservadores agrupados, possuem suas frações de capital atreladas a três segmentos principais: imóveis rurais, imóveis urbanos e quotas de capital em empresas. Destacam-se os R\$ 4.412.393,45 destinados a empréstimos para empresas ou indivíduos ligados aos parlamentares, mostrando que estes dispõem do poder econômico para cooptação e/ou vinculações de dependência e favores.

Figura 2: Base material dos deputados conservadores eleitos pelo Paraná (exceto Alfredo Kaefer) entre a 52ª e 56ª legislaturas.





implica, de maneira geral, em mais discursos. Entretanto, Oliveira (2012), Silva (2015) e Miranda e Valenciano (2017) indicam o papel de centralidade exercidos por essas famílias nas redes de poder paranaenses, que resultam em alianças nas diferentes esferas do poder e, conseqüentemente, menções dentro dos discursos de outros parlamentares do estado.

A Figura 4 apresenta a distribuição dos votos dos deputados federais conservadores do Paraná (Tabela 1) ao longo das legislaturas de nosso recorte temporal. Há um predomínio contínuo do voto conservador nas porções oeste e centro-sul do estado, com destaque não apenas as cidades que são polos regionais, como Cascavel, Toledo, Guarapuava, mas também às dezenas de municípios localizados próximos aos recortes territoriais mencionados.

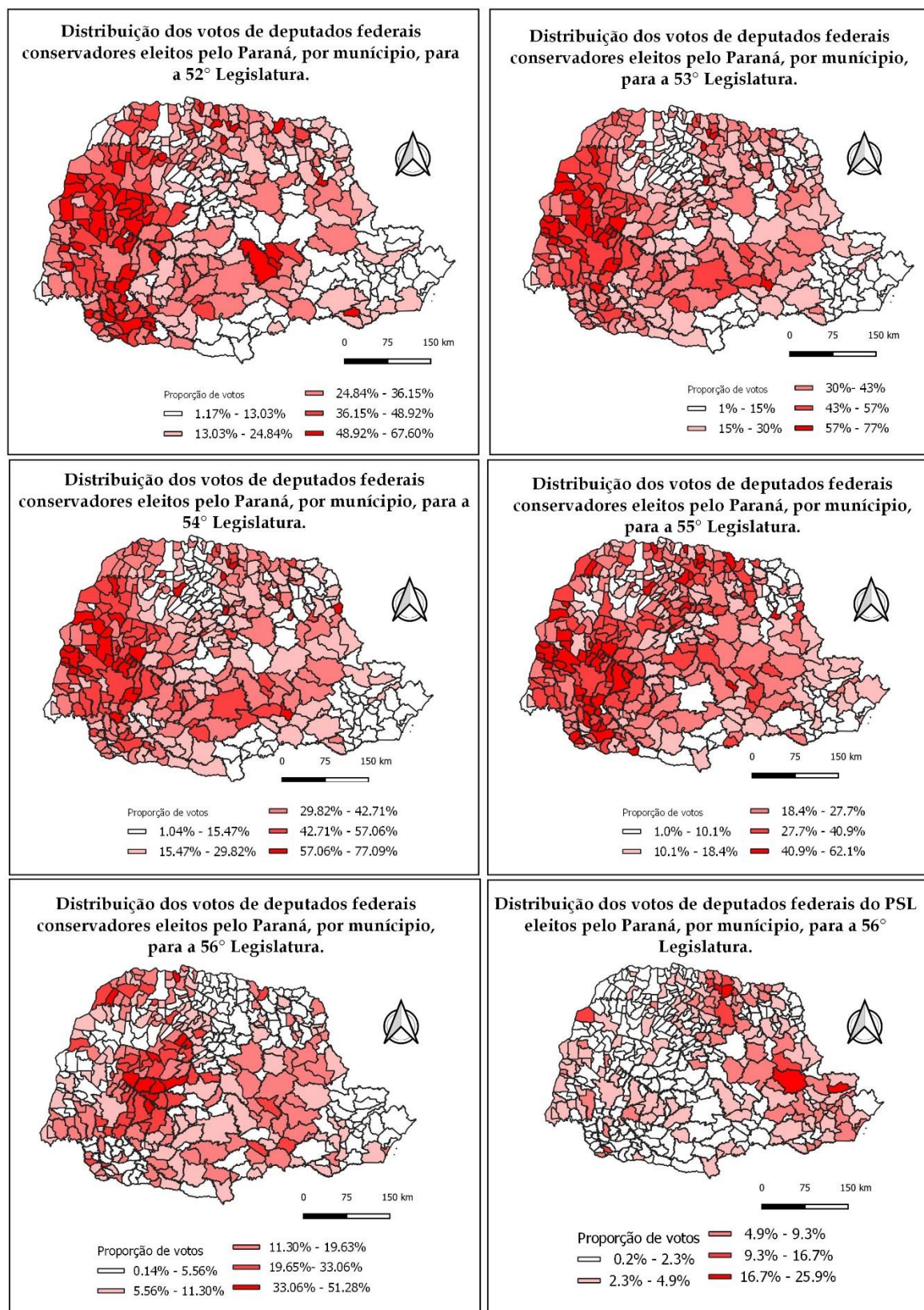
Amorim (2006), associa o comportamento político e eleitoral de Toledo a partir do processo de formação territorial do oeste paranaense, marcado pela violência contra as comunidades tradicionais durante os projetos de colonização e associado também a questão da defesa das fronteiras brasileiras, portanto, ao nacionalismo, importante elemento do pensamento conservador. Guarapuava, território conservador de poder identificado por Silva (2007), aparece na cor branca nas duas últimas eleições devido ao insucesso eleitoral das candidaturas ligadas aos grupos de poder local, que apesar de serem computarem dezenas de milhares de votos, como não foram eleitos, não foram contabilizadas para produção da Figura 4.

As famílias que controlam os grupos de poder no Paraná são dispersas territorialmente e com vínculos territoriais identificáveis. O mesmo item que explicamos acima a respeito de Guarapuava também se aplica a municípios circunscritos a Maringá, que aparecem com cores mais escuras nos anos em que o deputado federal Ricardo Barros foi eleito, demonstrando “voto fiel” desse recorte estadual na família Barros.

Na porção leste do estado o município de Castro ganha destaque, enquanto em Londrina, no Norte Novo, tem crescido o percentual de votos destinados a deputados federais conservadores, sendo um dos principais recortes territoriais do voto conservador nas eleições de 2018, sejam naqueles destinados aos deputados de nosso recorte ou também às candidaturas vitoriosas do PSL no Paraná.

De maneira geral, os índices de votos destinado aos deputados agrupados nessa pesquisa se mostraram muito elevados, colocando o Paraná, sem dúvidas, como um dos principais estados conservadores do Brasil e capaz de eleger bancadas conservadoras significativas. Em 2006 e 2010, por exemplo, os deputados aqui agrupados representaram metade de todos os deputados federais eleitos pelo estado.

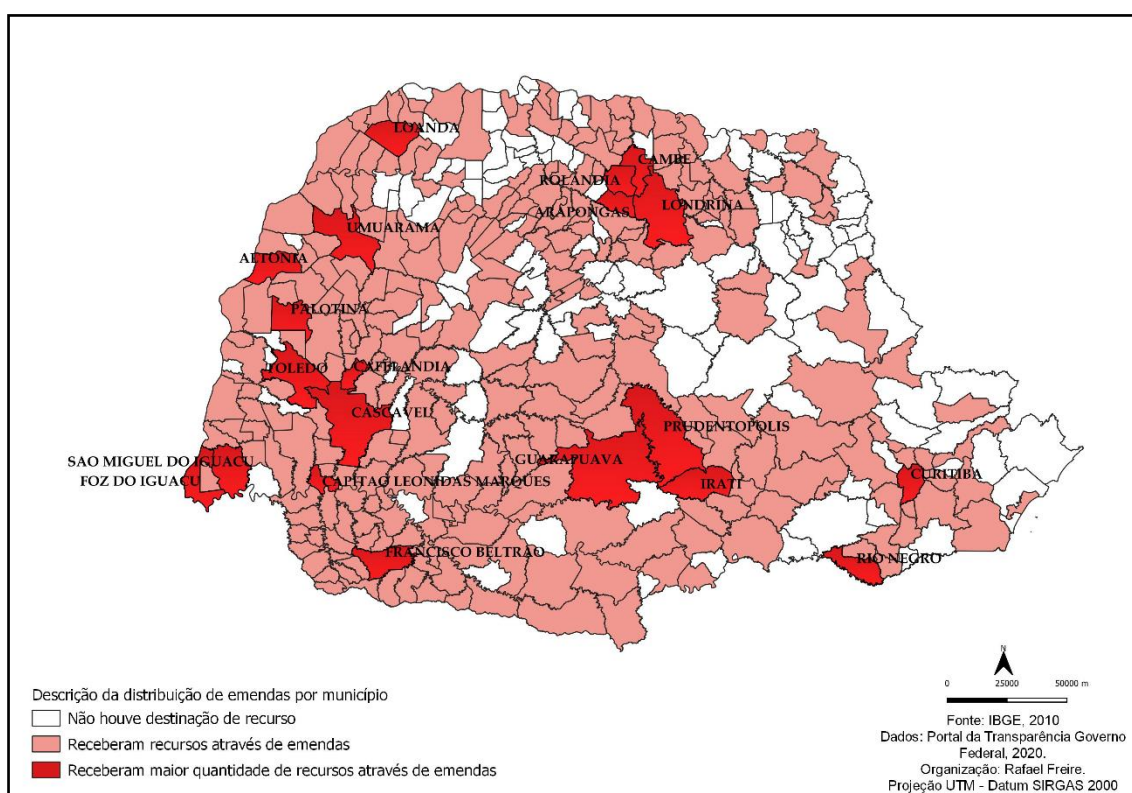
Figura 4: Distribuição dos votos de deputados federais conservadores eleitos pelo estado do Paraná (2002-2018).



Fonte: TSE e IBGE. Org.: PAULA, R. F. (2020). Projeção: UTM – Datum: SIRGAS 2000.

Através da Figura 5 percebemos que a distribuição de emendas parlamentares efetuadas pelos deputados conservadores paranaenses priorizara o interior do estado, sobretudo o norte do Paraná, o centro-sul paranaense e toda a porção oeste do estado. A relação entre a distribuição dos *votos conservadores* e de *emendas parlamentares* é praticamente total, o que reforça nossa tese de que os territórios conservadores de poder configuram um debate teórico e metodológico fundamental para a compreensão do funcionamento, estrutura (forma) e estratégias de reprodução dos grupos nas redes de poder no estado.

Figura 5: Espacialização das emendas impositivas realizadas pelos parlamentares conservadores do Paraná (2015-2018).



A distribuição de recursos relacionada aos resultados eleitorais também demonstra a centralidade do território como critério na alocação das emendas, como identificamos em outras Unidades Federativas analisadas na tese, mas que não fora objeto deste artigo. Reiteramos que, desse modo, fatores como partido político no qual estão filiados (as) as centenas de prefeitos e/ou prefeitas que receberam as emendas configura um fator secundário na escolha do deputado federal conservador em suas decisões sobre o tema. O *território*, portanto, ocupa uma posição superior, primária.



A Tabela 2 evidencia também a interiorização da distribuição das emendas quando observamos o ranking dos vinte maiores receptores, onde figuram apenas dois municípios da Região Metropolitana de Curitiba:

Tabela 2: Principais municípios beneficiados através de emendas ligadas aos parlamentares conservadores do Paraná (2015-2018).

PARANÁ		
Município	Valor destinado em emendas	População estimada (2020)
Londrina	R\$10.038.673,00	575.377
Cascavel	R\$7.946.699,00	332.333
Arapongas	R\$7.890.167,00	124.810
Umuarama	R\$6.023.166,00	112.500
Curitiba*	R\$5.344.729,00	1.948.626
Guarapuava	R\$4.778.535,00	182.644
Foz do Iguaçu	R\$3.540.127,00	258.248
Toledo	R\$2.778.367,96	142.645
Capitão Leônidas Marques	R\$2.629.512,00	15.834
São Miguel do Iguaçu	R\$2.568.663,10	27.576
Cambé	R\$2.540.001,00	107.341
Altônia	R\$2.200.000,00	22.176
Francisco Beltrão	R\$2.100.000,00	92.216
Palotina	R\$2.089.825,00	32.121
Prudentópolis	R\$1.982.421,00	52.513
Rio Negro*	R\$1.902.103,00	34.411
Cafelândia	R\$1.799.000,00	18.456
Rolândia	R\$1.672.824,00	67.383
Loanda	R\$1.640.000,00	23.242
Irati	R\$1.599.997,76	61.088

Fonte: Câmara dos Deputados e IBGE.

Org.: PAULA, R. F. (2021).

O fato de Curitiba ocupar apenas a 5^o colocação também chama a atenção, mostrando que outros núcleos urbanos, notadamente importantes na rede urbana paranaense, conseguiram captar volume maior de recursos, ainda mais se considerarmos a população destes municípios. Um exemplo é o caso de Umuarama, cuja população representa menos de 6% de Curitiba, mas captou aproximadamente 13% a mais do que a capital paranaense.

É possível verificarmos, então, que a partir do recorte e identificação de parlamentares conservadores (com base em seu comportamento parlamentar, partido político, postura pública, instituições aos quais está vinculado, entre outros apontamentos), o levantamento das bases eleitorais conservadores indicam recorrência importante e, ainda, associada ao uso do Estado via emendas parlamentares na sustentação desses grupos nos territórios aos quais estão vinculados.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos, com base no que fora apresentado, que não só existem territórios conservadores de poder no Paraná, mas que estes são predominantes frente a outras territorialidades. Podem ser fragmentados, mas são articulados via redes de poder familiares e de classe, especialmente quando se trata do segmento de capital atrelado ao ruralismo, variável relevante na base material dos deputados conservadores deste estado.

Ainda, há de se destacar uma vez mais que os grupos que controlam as redes de poder paranaenses, além de familiares e compõem semelhantes ou distintas frações burgueses, também apresentam ligações partidárias perenes, afinal, apenas 23,5% deles trocam de partido ao longo de nosso longo recorte temporal. Em números absolutos, estamos falando de apenas quatro parlamentares, num total de dezessete.

Destacam-se também as relações de longa data com instituições conservadoras. Do total dos parlamentares do estado que fazem parte de nosso recorte, 53% deles possuem ligação institucional declarada, dentre elas: Federação das Indústrias do Estado, Sindicato Rural de Assis Chateaubriand, União Democrática Ruralista - UDR, Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Associação Comercial e Industrial de Cambé e Associação Brasileira de Exportadores de Frango.

Tais fatores reunidos possibilitam a conclusão de que os territórios conservadores de poder no Paraná são, além de hegemônicos e articulados, estruturados em muitos dos aspectos que fortalecem o campo conservador, o que, conseqüentemente, implica em bons resultados eleitorais para os agentes que compõem esses grupos e, posteriormente, na reprodução destes no estado, em seu controle sobre as redes de poder e, finalmente, na reprodução espacial e temporal dos territórios conservadores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. S. A Colonização do território paranaense e o dinamismo dos municípios da frente norte. **Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino**, v. 7, n. 1, p. 9-20, 2017.

AMORIM, M. S. S. **Cultura Política e decisão eleitoral no Oeste do Paraná**. Tese (Doutorado em Ciência Política), 238 p., Porto Alegre, UFRGS, 2006.

CODATO, A. O conceito de ideologia no marxismo clássico: uma revisão e um modelo de aplicação. **Política e Sociedade**, Florianópolis. v. 15, n.32, jan./abr. 2016.



DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. Boitempo Editorial, 2016.

DENEZ, C. C. Território e Redes de Poder: atores e grupos políticos em Guarapuava/PR. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 4, n. 2, p. 227-244, 2018.

FRANÇA JUNIOR, P. A ocupação do noroeste do Paraná e a cidade de Umuarama: uma retrospectiva do processo de ocupação. **Akrópolis - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, v. 19, n. 3, 2011.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Editora expressão popular, 2009.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013, 343f. Tese (Livre docência) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MIRANDA, E. S.; VALENCIANO, T. O poder das famílias nas eleições de 2016 no Paraná: como e por quê parentes e políticas se perpetuam no estado? **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 3, n. 3, p. 156-174, 2017.

OLIVEIRA, R. C. **Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Insight, 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. 29.ed. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, C. A. A. Poder político e relações de parentesco no município de Londrina-Paraná. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 1, n. 1, p. 203-223, 2015.

SILVA, M. da. **Análise política do território**. Guarapuava/Paraná: Editora da Unicentro, 2007.

SINGER, A. V. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador** – São Paulo: Companhia das letras, 2012.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. 1º ed. – Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite** - 2ºed - Rio de Janeiro: Leya, 2018.